

SUMÁRIO

Dispositivos da Constituição Federal	11
Emenda Constitucional 41/2003. <i>Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da EC 20/98</i>	31
Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001. <i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar</i>	37
Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. <i>Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais</i>	43
Título I	43
Capítulo único: <i>Das disposições preliminares</i>	43
Título II: <i>Do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição</i>	44
Capítulo I: <i>Do provimento</i>	44
Seção I: <i>Disposições gerais</i>	44
Seção II: <i>Da nomeação</i>	45
Seção III: <i>Do concurso público</i>	45
Seção IV: <i>Da posse e do exercício</i>	46
Seção V: <i>Da estabilidade</i>	48
Seção VI: <i>Da transferência</i>	49
Seção VII: <i>Da readaptação</i>	49
Seção VIII: <i>Da reversão</i>	49
Seção IX: <i>Da reintegração</i>	50
Seção X: <i>Da recondução</i>	50
Seção XI: <i>Da disponibilidade e do aproveitamento</i>	51
Capítulo II: <i>Da vacância</i>	51
Capítulo III: <i>Da remoção e da redistribuição</i>	52
Seção I: <i>Da remoção</i>	52
Seção II: <i>Da redistribuição</i>	52
Capítulo IV: <i>Da substituição</i>	53
Título III: <i>Dos direitos e vantagens</i>	54
Capítulo I: <i>Do vencimento e da remuneração</i>	54
Capítulo II: <i>Das vantagens</i>	55
Seção I: <i>Das indenizações</i>	56
Subseção I: <i>Da ajuda de custo</i>	56
Subseção II: <i>Das diárias</i>	57
Subseção III: <i>Da indenização de transporte</i>	57
Seção II: <i>Das gratificações e adicionais</i>	58
Subseção I: <i>Da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento</i>	58
Subseção II: <i>Da gratificação natalina</i>	58
Subseção III: <i>Do adicional por tempo de serviço</i>	59
Subseção IV: <i>Dos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas</i>	59
Subseção V: <i>Do adicional por serviço extraordinário</i>	60

Subseção VI: <i>Do adicional noturno</i>	60
Subseção VII: <i>Do adicional de férias</i>	60
Capítulo III: <i>Das férias</i>	60
Capítulo IV: <i>Das licenças</i>	61
Seção I: <i>Disposições gerais</i>	61
Seção II: <i>Da licença por motivo de doença em pessoa da família</i>	62
Seção III: <i>Da licença por motivo de afastamento do cônjuge</i>	62
Seção IV: <i>Da licença para o serviço militar</i>	63
Seção V: <i>Da licença para atividade política</i>	63
Seção VI: <i>Da licença para capacitação</i>	63
Seção VII: <i>Da licença para tratar de interesses particulares</i>	64
Seção VIII: <i>Da licença para o desempenho de mandato classista</i>	64
Capítulo V: <i>Dos afastamentos</i>	64
Seção I: <i>Do afastamento para servir a outro órgão ou entidade</i>	64
Seção II: <i>Do afastamento para exercício de mandato eletivo</i>	65
Seção III: <i>Do afastamento para estudo ou missão no exterior</i>	66
Capítulo VI: <i>Das concessões</i>	66
Capítulo VII: <i>Do tempo de serviço</i>	67
Capítulo VIII: <i>Do direito de petição</i>	69
Título IV: <i>Do regime disciplinar</i>	70
Capítulo I: <i>Dos deveres</i>	70
Capítulo II: <i>Das proibições</i>	71
Capítulo III: <i>Da acumulação</i>	73
Capítulo IV: <i>Das responsabilidades</i>	74
Capítulo V: <i>Das penalidades</i>	75
Título V: <i>Do processo administrativo disciplinar</i>	79
Capítulo I: <i>Disposições gerais</i>	79
Capítulo II: <i>Do afastamento preventivo</i>	80
Capítulo III: <i>Do processo disciplinar</i>	81
Seção I: <i>Do inquérito</i>	81
Seção II: <i>Do julgamento</i>	83
Seção III: <i>Da revisão do processo</i>	85
Título VI: <i>Da seguridade social do servidor</i>	86
Capítulo I: <i>Disposições gerais</i>	86
Capítulo II: <i>Dos benefícios</i>	87
Seção I: <i>Da aposentadoria</i>	87
Seção II: <i>Do auxílio-natalidade</i>	89
Seção III: <i>Do salário-família</i>	90
Seção IV: <i>Da licença para tratamento de saúde</i>	90
Seção V: <i>Da licença à gestante, à adotante e da licença-paternidade</i>	91
Seção VI: <i>Da licença por acidente em serviço</i>	92
Seção VII: <i>Da pensão</i>	92
Seção VIII: <i>Do auxílio-funeral</i>	94
Seção IX: <i>Do auxílio-reclusão</i>	95
Capítulo III: <i>Da assistência à saúde</i>	95
Capítulo IV: <i>Do custeio</i>	96
Título VII	96
Capítulo único: <i>Da contratação temporária de excepcional interesse público</i>	96
Título VIII	96
Capítulo único: <i>Das disposições gerais</i>	96
Título IX	97
Capítulo único: <i>Das disposições transitórias e finais</i>	97

Dispositivos do Código Penal. Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940	99
Dispositivos da Lei 4.375/64. Lei do Serviço Militar	107
Dispositivos da Lei 4.898/65. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade	109
Dispositivos da Lei 7.716/89. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	111
Lei 7.783/89. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade	112
Lei 8.270/91. Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos	115
Lei 8.429/92. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional	121
Lei 8.448/92. Regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º da Constituição Federal	128
Lei 8.730/93. Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	129
Lei 8.745/93. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal	132
Lei 8.852/94. Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, inciso XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal	136
Lei 9.266/96. Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram	139
Lei 9.421/96. Cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração	141
Lei 9.525/97. Dispõe sobre as férias dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais	144
Lei 9.527/97. Altera dispositivos das Leis 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954	145
Lei 9.624/98. Altera dispositivos da Lei 8.911, de 11 de julho de 1994	158
Lei 9.654/98. Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal	162
Lei 9.784/99. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	164
Lei 9.796/99. Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria	173
Lei 9.801/99. Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa	176
Lei 9.962/2000. Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional	177
Lei 10.001/2000. Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito	178
Lei 10.475/2002. Altera dispositivos da Lei 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União	179
Lei 10.871/2004. Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras	181
Dispositivos da Lei 10.887/2004. Dispõe sobre a aplicação de disposições da EC 41/2003, altera dispositivos das Leis 9.717/98, 8.213/91, 9.532/97	193

Lei 11.095/2005. <i>Altera dispositivos das Leis 9.266/96, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram; 9.654/98, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; 10.874/2004 e 9.264/96; institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal – GEAPF, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GEAPRF e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU</i>	196
Decreto-lei 2.251/85. <i>Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos</i>	201
Decreto 948/93. <i>Dispõe sobre a aplicação dos arts. 73 e 74 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990</i>	203
Decreto 1.171/94. <i>Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal</i>	204
Decreto 1.387/95. <i>Dispõe sobre o afastamento do País de servidores civis da Administração Pública Federal</i>	209
Decreto 1.480/95. <i>Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição</i>	211
Decreto 1.590/95. <i>Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais</i>	212
Decreto 2.027/96. <i>Dispõe sobre a nomeação para cargo ou emprego efetivo na Administração Pública Federal direta e indireta do servidor público civil aposentado ou servidor público militar reformado ou da reserva remunerada</i>	215
Decreto 2.066/96. <i>Regulamenta o art. 92, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a licença para Desempenho de Mandato Classista</i>	216
Decreto de 26 de maio de 1999. <i>Cria a Comissão de Ética Pública</i>	217
Decreto 3.112/99. <i>Dispõe sobre a regulamentação da Lei 9.796, de 5 de maio de 1999, que versa sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria</i>	219
Decreto 3.151/99. <i>Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional</i>	223
Decreto 3.184/99. <i>Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União</i>	225
Decreto 3.644/2000. <i>Regulamenta o instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990</i>	226
Decreto de 18 de maio de 2001. <i>Dispõe sobre o relacionamento das comissões de ética de órgãos e entidades da Administração Federal com a Comissão de Ética Pública e altera o Decreto de 26 de maio de 1999</i>	227
Decreto 4.004/2001. <i>Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais</i>	228
Decreto 4.050/2001. <i>Regulamenta o art. 93 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional</i>	230

Decreto 4.081/2002. Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República	233
Decreto 4.175/2002. Estabelece limites para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo	237
Decreto 4.334/2002. Dispõe sobre as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais	238
Decreto 4.961/2004. Regulamenta o art. 45 da Lei 8.112/90, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União	239
Decreto 4.978/2004. Regulamenta o art. 230 da Lei 8.112/90, que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor	243
Decreto 5.375/2005. Dispõe sobre a aplicação do § 7º do art. 93 da Lei 8.112/90, para compor força de trabalho no âmbito dos projetos que especifica	244
Medida Provisória 2.225-45/2001. Altera as Leis 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997	245
Código de Conduta da Alta Administração Federal	249
Índice remissivo	253